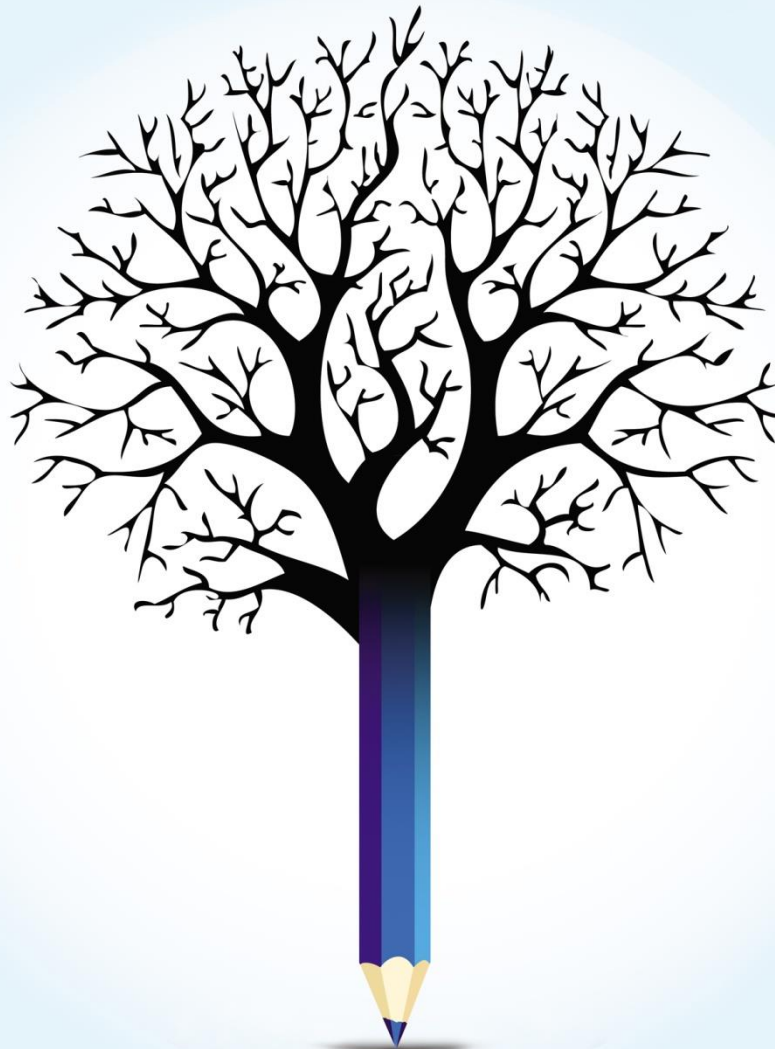




PERSPETIVAS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO **PORTUGAL**





PERSPETIVAS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

Este **perfil das políticas de educação** em Portugal insere-se no âmbito da nova série *Perspetivas das Políticas de Educação*, que irá apresentar uma análise comparativa das políticas e reformas educativas nos países da OCDE. Elaborada a partir de conhecimento comparado e de informação sobre políticas setoriais disponíveis no âmbito da OCDE, esta série irá dar lugar a uma publicação bianual (primeiro volume em 2015). A publicação oferece uma visão comparativa sobre as políticas de educação, fornecendo: a) uma análise do contexto educacional, dos desafios e políticas (perfis das políticas de educação) de cada país e das tendências internacionais e b) uma visão comparativa sobre as políticas e reformas em tópicos selecionados.

Projetado **para decisores políticos, analistas e profissionais** que buscam informações e análise de políticas educativas tendo em conta a importância do contexto nacional, os perfis nacionais de política educativa oferecem uma análise num formato comparativo. Cada perfil analisa o contexto e a situação atuais do sistema de ensino de cada país e respetivos desafios e respostas políticas, de acordo com seis instrumentos de políticas que apoiam a melhoria ao nível de:

- Alunos: Como melhorar os resultados em termos de 1) equidade e qualidade e 2) preparação para o futuro
- Instituições: Como aumentar a qualidade através da 3) melhoria da escola e 4) avaliação
- Sistema de ensino: Como organizar o sistema tendo em vista a implementação de políticas educativas ao nível 5) da governança e 6) do financiamento.

Alguns perfis nacionais contemplam determinadas questões da política de educação de modo destacado. Estes destaques destinam-se a chamar a atenção para políticas específicas que são promissoras ou que mostram resultados positivos e que possam ser relevantes para outros países.

Um agradecimento especial ao Governo de Portugal pela sua participação ativa durante a fase de consultas e pelo feedback construtivo sobre este relatório.

Autores: Este perfil nacional foi elaborado por Hyo Jeong Yee (redator principal), Beatriz Pont, Diana Toledo Figueroa, Etienne Albiser, Soumaya Maghnouj e Sylvain Fraccola (estatísticas e design), da equipa de Perspetivas das Políticas de Educação, que faz parte da Divisão de Assessoria e Implementação de Políticas, dirigida por Richard Yelland. O apoio editorial foi fornecido por Lynda Hawe e Susan Copeland. David Valenciano e Elodie de Oliveira também contribuíram durante o processo de revisão. Este perfil baseia-se no conhecimento e experiência de muitas equipas de projeto em toda a Direção para Educação e Competências da OCDE, às quais estamos agradecidos.

Fontes: Este perfil nacional baseia-se em indicadores da OCDE provenientes dos Programme for International Student Assessment (PISA) Teaching and Learning International Survey (TALIS, Survey of Adult Skills – (PIAAC), e da publicação anual *Education at a Glance*, e refere-se a estudos nacionais e temáticos, desenvolvidos pela OCDE sobre educação e cuidados na primeira infância, docentes, liderança escolar, avaliação e aferição para a melhoria dos resultados escolares, equidade e qualidade na educação, governança de sistemas educativos complexos, educação e formação profissional, e ensino superior. Muitas destas informações podem ser obtidas através do Education GPS.

A maior parte dos valores citados nas diferentes seções referem-se ao Anexo B, que apresenta uma tabela com os principais indicadores relativos às diferentes fontes utilizadas neste perfil. São incluídas hiperligações para as publicações de referência e para a legislação pertinente, de modo a facilitar a leitura, quer ao longo do texto, quer na seção de Referências e leituras adicionais, que lista tanto fontes da OCDE como exteriores à OCDE.

Mais informações estão disponíveis no site da Direção para a Educação e Competências da OCDE (www.oecd.org/edu) e páginas web sobre as Perspetivas das Políticas de Educação (www.oecd.org/edu/policyoutlook.htm).



ÍNDICE

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Sumário..... | 4 |
| EQUIDADE E QUALIDADE: | |
| MELHORIAS NOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS | 6 |
| PREPARAR OS ALUNOS PARA O FUTURO: | |
| TRABALHAR PARA ELEVAR OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE | 8 |
| MELHORIA DA ESCOLA: | |
| PROMOÇÃO DA LIDERANÇA E DA FORMAÇÃO | 10 |
| AVALIAÇÃO PARA MELHORAR OS RESULTADOS DOS ALUNOS: | |
| A CONSTRUÇÃO DE UM QUADRO INTEGRADO | 12 |
| GOVERNANÇA: | |
| UM SISTEMA CENTRALIZADO COM O ALARGAMENTO DA TOMADA DE DECISÃO A NÍVEL LOCAL | 14 |
| FINANCIAMENTO: | |
| MAIORITARIAMENTE A PARTIR DE FONTES PÚBLICAS..... | 16 |
| ANEXO A: ESTRUTURA DO SISTEMA DE ENSINO DE PORTUGAL | 18 |
| ANEXO B: ESTATÍSTICAS..... | 19 |

Figuras

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1. Desempenho em literacia de matemática e relação entre o estatuto económico, social e cultural (ESCS), de alunos de 15 anos, PISA 2012 | 5 |
| Figura 2. Nível de escolaridade mais elevado completo, de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, 2012 | 5 |
| Figura 3. Percentagem de desempenhos extremos e diferença no desempenho entre alunos nacionais e estrangeiros, a literacia de matemática, nos testes PISA (2012) | 7 |
| Figura 4. Percentagem de indivíduos entre os 15 e 29 anos, matriculados ou não, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo e condição perante o trabalho, 2012 | 9 |
| Figura 5. Ambientes de ensino-aprendizagem, nas escolas, PISA 2012 | 11 |
| Figura 6. Percentagem de alunos em escolas onde o Diretor reportou existir avaliação de alunos no 10.º ano (ano modal nacional para alunos de 15 anos), PISA 2012..... | 13 |
| Figura 7. Percentagem de decisões relativas a escolas públicas que ministram o 3.º ciclo do ensino básico, por nível de decisão, 2011 | 15 |
| Figura 8. Despesa em estabelecimentos de educação e ensino, em percentagem do PIB, por nível de ensino, 2010..... | 17 |

Destaques

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Destaque 1. Programa de combate ao insucesso e ao abandono escolar | 7 |
| Destaque 2. A estratégia integrada para a educação e formação profissional | 9 |
| Destaque 3. Reorganização do sistema de ensino e alargamento da gestão a nível local e das escolas | 15 |



Sumário

Contexto educacional de Portugal

Alunos: Portugal tem alcançado grandes melhorias nos ciclos do PISA no que refere a matemática, leitura e ciências, com o desempenho no PISA 2012 em torno da média da OCDE em matemática e abaixo da média da OCDE em leitura e ciências. O impacto do contexto socioeconómico dos alunos sobre o desempenho em matemática e sobre as taxas de repetência é maior do que a média dos países da OCDE. Em Portugal, no âmbito do sistema educativo, é de registar taxas de matrícula de crianças dos 3-4 anos de idade acima da média da OCDE, a universalidade de matrícula para crianças e jovens dos 5-14 anos de idade e a escolaridade obrigatória recentemente alargada a 12 anos (a partir dos 6 anos até aos 18 anos) - um dos mais longos períodos de escolaridade obrigatória entre os países da OCDE. As taxas de conclusão nos níveis secundário e superior estão abaixo da média da OCDE, e as taxas de matrícula nos cursos de dupla certificação de nível secundário situam-se próximas da média da OCDE. Portugal tem vindo a reduzir o abandono escolar desde 2000, com uma diminuição mais acentuada nos últimos anos, embora continue a ser elevado em comparação com a média dos países da OCDE. As taxas de desemprego estão acima da média da OCDE para todos os níveis de escolaridade completos.

Instituições: Os docentes em Portugal têm formação inicial (inclui um estágio na escola), e quando em exercício de funções têm formação contínua obrigatória e beneficiam de salários comparativamente altos em relação à população com idênticos níveis de escolaridade completos. O volume de trabalho dos docentes portugueses é superior à média da OCDE, mas são possíveis reduções significativas de tempo de trabalho para a maioria dos professores a partir dos 50 anos de idade. No PISA 2012, os líderes escolares relatam níveis de liderança pedagógica semelhantes à média da OCDE, e agora têm formação especializada obrigatória. A avaliação de docentes é recente e concentra-se mais na prestação de contas para fins de progressão na carreira do que na melhoria do ensino. A autoavaliação das escolas e a avaliação externa são recentes, e nem todas as escolas realizam autoavaliação. As escolas organizam a avaliação interna dos alunos em todas as disciplinas e o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE I.P., 2013) é a entidade responsável pela avaliação externa dos alunos nas disciplinas de matemática e português.

Governança e financiamento: O [Ministério da Educação e Ciência](#) é responsável pelas políticas de educação e ciência, observando-se alguma descentralização a nível escolar e municipal. No ensino superior, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior ([Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior](#), A3ES) avalia a criação de cursos do ensino superior, com base nas orientações da UE. A parcela do PIB dedicada à educação está abaixo da média da OCDE, existindo uma proporção maior de financiamento público do que a média da OCDE.

Questões políticas fundamentais

Portugal enfrenta desafios para garantir que todos os alunos completem o ensino obrigatório, para aumentar as taxas de conclusão no ensino secundário e superior, e para proporcionar a todos os alunos uma educação de qualidade e inclusiva relevante para as necessidades do mercado de trabalho. Portugal precisa de continuar a definir percursos profissionais para os docentes e diretores de escolas, oferecendo formação adequada e implementando a reforma do sistema de formação de professores. A continuação do desenvolvimento de um quadro integrado de avaliação centrada na aprendizagem dos alunos, ajudaria a superar o objetivo da prestação de contas, de modo a fornecer informações mais claras sobre a forma como as escolas, os dirigentes escolares e docentes podem melhorar o seu desempenho. Também é importante alargar a autonomia das escolas, providenciando apoios e criando condições que capacitem as escolas ao nível local e regional e melhorem a utilização dos recursos financeiros.

Respostas políticas recentes

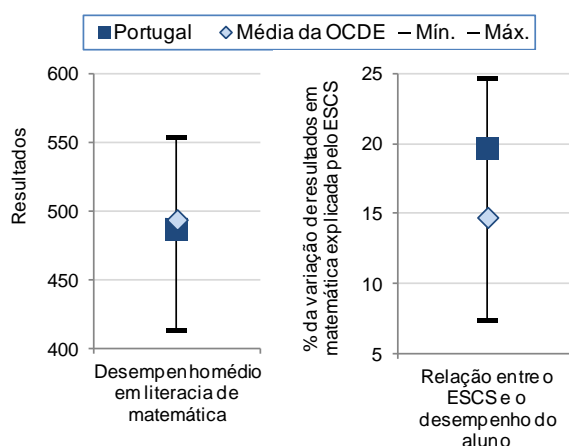
Portugal está a implementar políticas para reduzir o abandono escolar precoce e elevar o nível de escolaridade completo da população e as qualificações da força de trabalho. O *Programa de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar* (2012) tem como objetivo apoiar os alunos em risco de abandono, reintegrar aqueles que desistiram e consolidar a oferta educativa e formativa de cursos de dupla certificação no ensino secundário. O [Sistema Nacional de Qualificação](#) e o respetivo [Quadro Nacional de Qualificação](#) foram criados em 2007 trazendo maior transparência e comparabilidade dentro do sistema de ensino.

Portugal lançou uma grande reforma na gestão das escolas em 2008, que reforçou a autoridade da liderança do diretor da escola (Decreto-Lei 137/2012) e, em 2014, introduziu alterações importantes no exercício da profissão docente em diferentes momentos (antes do início da função docente, durante a formação inicial, no início, e ao longo das suas carreiras profissionais) de modo a permitir aos professores continuar a melhorar e a progredir.



Portugal tem promovido políticas de descentralização a nível local e escolar. Através de um [decreto](#), foram acrescentadas as responsabilidades de financiamento dos municípios desde a educação pré-escolar até ao 3.º ciclo do ensino básico (2008) relativamente a infraestruturas, ação social escolar ou contratação de pessoal não docente. Foi concedida às escolas maior autonomia na definição de currículos ([reforma curricular de 2012](#)) e na possibilidade de estabelecerem voluntariamente [acordos de autonomia](#). Portugal obteve um desempenho próximo da média da OCDE em Matemática no PISA 2012 (pontuação média de 487 em comparação com a média da OCDE de 494), com melhora significativa em relação aos ciclos anteriores do PISA, de 2000 a 2009. No PISA 2012, o impacto do contexto socioeconómico no desempenho em matemática de estudantes de 15 anos de idade em Portugal foi de 19,6%, acima da média da OCDE de 14,8%.

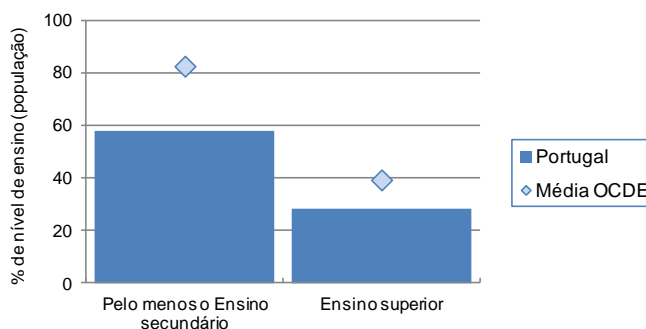
Figura 1. Desempenho em literacia de matemática e relação entre o estatuto económico, social e cultural (ESCS), de alunos de 15 anos, PISA 2012



Fonte: PISA 2012 Results: What Students Know and Can Do (Volume I, Revised edition, February 2014): Student Performance in Mathematics, Reading, and Science, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264208780-en>; OECD (2013), First Results from the Survey of Adult Skills, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264204256-en>.

Em 2011, 58% da população com 25-34 anos de idade completou pelo menos o ensino secundário (em comparação com a média da OCDE de 82%) e 28% completou o ensino superior (em comparação com a média da OCDE de 39%).

Figura 2. Nível de escolaridade mais elevado completo, de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, 2012



Fonte: OECD (2014), Education at a Glance 2014: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>.



EQUIDADE E QUALIDADE: MELHORIAS NOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Portugal obteve grandes melhorias em matemática, leitura e ciências desde 2000 e melhorou os seus **indicadores de equidade** para jovens de 15 anos. No PISA 2012, os jovens de 15 anos tiveram um desempenho próximo da média da OCDE em matemática e abaixo da média da OCDE em ciências e leitura. Cerca de um em cada quatro alunos (24,9%) estiveram abaixo do Nível 2 de proficiência em matemática no PISA 2012, e a proporção dos melhores desempenhos (nível 5 ou superior) está abaixo da média (Figura 3). O impacto do estatuto socioeconómico dos alunos no desempenho em matemática é superior à média da OCDE. Nas escolas portuguesas os alunos revelam níveis de desempenho semelhantes, com maior variação de desempenho na disciplina de matemática dentro de cada escola do que entre escolas.

Políticas justas e inclusivas com o objetivo de alcançar um sistema equitativo refletem-se na **educação e nos cuidados na primeira infância**. A Inscrição destas crianças em Portugal está acima da média da OCDE em 2012: 78% das crianças de 3 anos e 92% das crianças de 4 anos estão inscritas na educação pré-escolar (em comparação com a média da OCDE de 70% para crianças de 3 anos e 82% para crianças de 4 anos), e a matrícula no sistema de ensino é praticamente universal entre os 5 e os 14 anos de idade.

Algumas **políticas no âmbito do sistema de ensino** procuram promover a equidade, enquanto outras (como a escolha da escola ou repetência) deverão ser geridas de forma adequada para o conseguir. A educação é obrigatória entre os 6 e os 18 anos em Portugal (dois anos mais do que a média da OCDE), com currículo idêntico para todos os alunos até aos 15 anos. Os dados nacionais mostram um aumento de 33% na inclusão em escolas de ensino regular de alunos com necessidades especiais de educação (NEE) (2010/11). No PISA 2012, cerca de 34,3% dos jovens de 15 anos em Portugal repetiram pelo menos um ano, em comparação com a média da OCDE que se situa nos 12%. Um [estudo da OCDE sobre equidade e qualidade na educação](#) mostra que a repetência é ineficaz na melhoria dos resultados dos alunos, pode contribuir para o abandono e pode encarecer o sistema. No ano de 2012 Portugal definiu novos critérios para os pais e encarregados de educação poderem escolher a escola pública para os seus educandos. [Os dados da OCDE](#) demonstram que, se a escolha da escola não obedecer a certas regras, pode dificultar a equidade.

Em Portugal, o impacto do **contexto socioeconómico** dos alunos sobre o seu desempenho é superior à média da OCDE. [Os dados da OCDE](#) mostram que os antecedentes familiares também podem ter um forte impacto sobre a possibilidade dos alunos abandonarem a escola e não continuarem estudos de nível superior. A melhoria do desempenho e do nível de escolaridade desses alunos pode contribuir para aumentar a equidade e a qualidade global da educação.

O desafio: reduzir a repetência e o abandono escolar e garantir oportunidades de aprendizagem inclusivas para todos os alunos.

Políticas e práticas recentes

Portugal desenvolveu Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (2012), e a oferta deste nível de educação assume carácter opcional e gratuito para as crianças com 3 ou 4 anos de idade. É obrigatória a inscrição de crianças de 5 anos na educação pré-escolar ou no 1º ciclo do ensino básico.

A terceira geração do Programa [Territórios Educativos de Intervenção Prioritária](#) (TEIP 3, 2012) destina-se a: promover o sucesso dos alunos, melhorando a qualidade das aprendizagens; abordar as questões disciplinares, o abandono escolar precoce e o absentismo; melhorar as transições para o mercado de trabalho; promover a coordenação entre escolas, outras instituições de formação e sociedade civil e adaptar melhor o ensino às necessidades dos alunos. TEIP tem como alvo áreas geográficas com uma população socialmente desfavorecida e com taxas de abandono escolar precoce acima da média nacional e cobre 16% das escolas portuguesas.

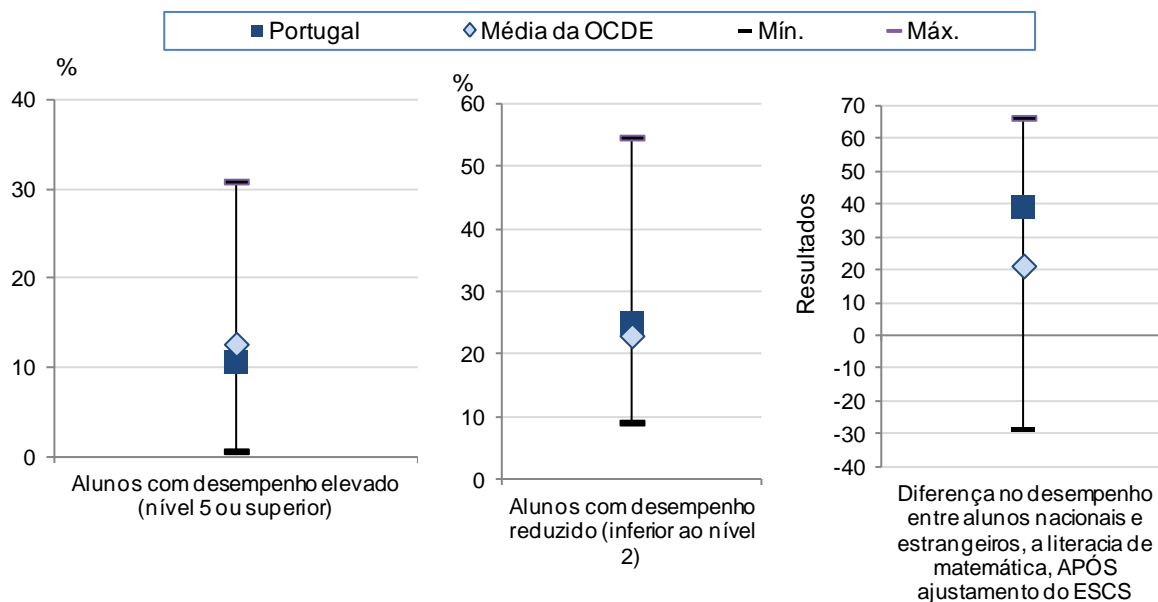
O [Programa Escolar de Reforço Alimentar](#) (PERA, 2012) tem como objetivo fornecer uma refeição matinal aos alunos com carências alimentares, e aumentar a consciencialização entre os alunos e suas famílias sobre a importância de uma dieta saudável e da primeira refeição do dia – o pequeno-almoço. O programa abrangeu cerca de 14 000 alunos em 2012/13, e cerca de 12 000 alunos em 2013/14.

A [Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas](#) (2013) tem como objetivo garantir o acesso de crianças de comunidades ciganas à educação pré-escolar e promover a conclusão da escolaridade obrigatória e de acesso ao ensino superior. O ministério criou uma base de dados (2013) de estudantes de famílias itinerantes para monitorizar a frequência escolar e ajudar a garantir a conclusão da escolaridade obrigatória.



Os *Programas educativos individuais de crianças ou jovens com necessidades especiais de educação* (2008) proporcionam apoio especializado (de aprendizagem, médico, de avaliação) a crianças e jovens com estas necessidades e integrados no sistema de ensino regular.

Figura 3. Percentagem de desempenhos extremos e diferença no desempenho entre alunos nacionais e estrangeiros, a literacia de matemática, nos testes PISA (2012)



Fonte: OECD (2014), PISA 2012 Results: What Students Know and Can Do (Volume I, Revised edition, February 2014): Student Performance in Mathematics, Reading and Science, PISA, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264208780-en>.

Destaque 1. Programa de combate ao insucesso e ao abandono escolar

O Programa de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar (2012) baseia-se numa série de medidas destinadas a prevenir o abandono escolar precoce, fornecendo apoio suplementar para os alunos em risco de repetência nos ensinos básico e secundário, através da oferta de cursos de dupla certificação de nível secundário como uma alternativa aos programas de carácter geral. Estas medidas incluem:

- Provisão diária de tempo de estudo personalizado supervisionado no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, quando são identificadas dificuldades
- Tempo de estudo adicional e apoio mais individualizado e específico para os alunos identificados como estando em risco de reprovarem o ano letivo nas avaliações externas dos 4.º e 6.º anos, bem como a possibilidade de se submeterem a estas avaliações no final do período de apoio
- Reagrupamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem semelhantes para melhor ultrapassar dificuldades detetadas e para promover o desenvolvimento de capacidades reveladas através de programas de trabalho mais adequados e individualizados
- Implementação de sistemas de informação para acompanhar as escolas e os alunos em tempo real, por forma a identificar necessidades de apoio individual e detetar casos de insucesso escolar e potencial abandono escolar
- Fusão vertical de processos escolares desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário para dar continuidade ao projeto pedagógico (concluído em 2013)
- Melhorar e adaptar as ofertas de educação de dupla certificação às necessidades dos alunos, criando mais cursos no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário e colocando em prática uma estratégia nacional coerente de educação e formação para orientar os alunos e envolver o setor empresarial (ver Destaque 2).



PREPARAR OS ALUNOS PARA O FUTURO: TRABALHAR PARA ELEVAR OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

A capacidade do sistema de ensino dum país para desenvolver as competências para o mercado de trabalho, indo de encontro às perspetivas deste mercado, pode desempenhar um papel importante nas opções da sua população. Em 2012, o desemprego dos adultos com 25-64 anos em Portugal era de 14,5% (em comparação com a média da OCDE de 7,5%). A taxa de desemprego entre a população com grau de instrução mais elevado é de 10,5%, mais do que o dobro da média da OCDE, que é de 4,8%. Durante a crise económica de 2008-12, o desemprego aumentou mais do que a média da OCDE, especialmente para a população na faixa etária dos 25-34 anos de idade de todos os níveis de escolaridade. Uma percentagem da população dos 15-29 anos de idade, superior à média da OCDE, não estava nem no sistema de ensino nem a trabalhar em 2012 (15,7% em comparação com a média da OCDE de 12,7%) (Figura 4). [Os dados da OCDE](#) mostram que os baixos níveis de escolaridade da força de trabalho explicam uma substancial proporção da diferença de produtividade de Portugal, e que as desigualdades de rendimentos também estão ligadas aos níveis de escolaridade.

O ensino secundário, obrigatório desde 2009, tem a duração de três anos e inclui cursos do ensino regular e de dupla certificação. Está organizado em quatro eixos: ciências e humanidades, cursos tecnológicos, ensino artístico especializado e ensino profissional. Durante a última década, a percentagem de indivíduos com o ensino secundário cresceu, devendo Portugal continuar a trabalhar para atingir resultados que o aproximem dos outros países da OCDE. Em 2012 cerca de 30% da população com 25-34 anos de idade tinha uma escolaridade ao nível do ensino secundário ou pós-secundário não superior, em comparação com a média da OCDE que se cifrava nos 44%, enquanto 58% da população com 25-34 anos de idade tinha pelo menos o ensino secundário, em comparação com a média da OCDE que era de 82% (Figura 2).

Os cursos de dupla certificação podem facilitar a entrada no mercado de trabalho e estão disponíveis para aqueles que tenham concluído, pelo menos, nove anos de escolaridade ou formação equivalente. Em 2012, Portugal tinha 41% das matrículas no ensino profissional do ensino secundário, em comparação com a média da OCDE de 44%. Programas de ensino e formação profissional, que incluem cursos tecnológicos, ensino artístico especializado e cursos profissionalizantes, desempenham um papel importante nas políticas de prevenção do abandono escolar em Portugal (Ver Destaque 2). Estes programas dirigem-se àqueles que desejam obter uma qualificação profissional, bem como àqueles que abandonaram a escola - ou estão em risco de abandono escolar. A rede oferece cursos de aprendizagem e de formação profissional inicial (tanto teórica como prática) para preparar os jovens para encontrar emprego ou para continuar a sua educação. A transição de programas de formação profissional para o ensino superior é assegurada.

Em Portugal, **o ensino superior** é oferecido em universidades e institutos politécnicos. Depois de um grande aumento do número de alunos inscritos no ensino superior, entre 1990 e 2012, a percentagem da população de 25-64 anos com habilitação de nível superior é de 19%, abaixo da média da OCDE de 32%. A percentagem da população em idades mais jovens (25-34 anos de idade) com habilitação de nível superior é mais elevada (28%), permanecendo abaixo da média da OCDE em 2012 (39%) (Figura 2). As taxas de conclusão de cursos do ensino superior em Portugal estavam ligeiramente acima da média da OCDE em 2012 (41%, em comparação com a média da OCDE de 39%). Os trabalhadores na faixa etária dos 25-34 anos de idade e com habilitações de nível superior em Portugal esperam ganhar mais 56% do que aqueles com apenas o ensino secundário (acima da média da OCDE de 40% em 2011).

O desafio: aumentar níveis de escolaridade completos e tornar o ensino mais em conformidade com o mercado de trabalho.

Políticas e práticas recentes

A rede de *Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional* (CQEP) foi criada para reforçar a ligação entre educação, formação e emprego (Ver Destaque 2). Esta rede substituiu o [Programa Novas Oportunidades](#) (2005), que tinha sido ajustado em 2013 (com base num estudo de avaliação de impacto) para se concentrar mais nas exigências do mercado de emprego e reconversão profissional e para alinhá-lo ainda mais com as diretrizes da Aliança Europeia para as Aprendizagens.

Existe uma plataforma de *Informação e Gestão da Educação e Oferta Formativa* ([Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa](#), SIGO, 2007) cujo objetivo consiste em monitorizar as matrículas e as certificações (Ver Destaque 2).

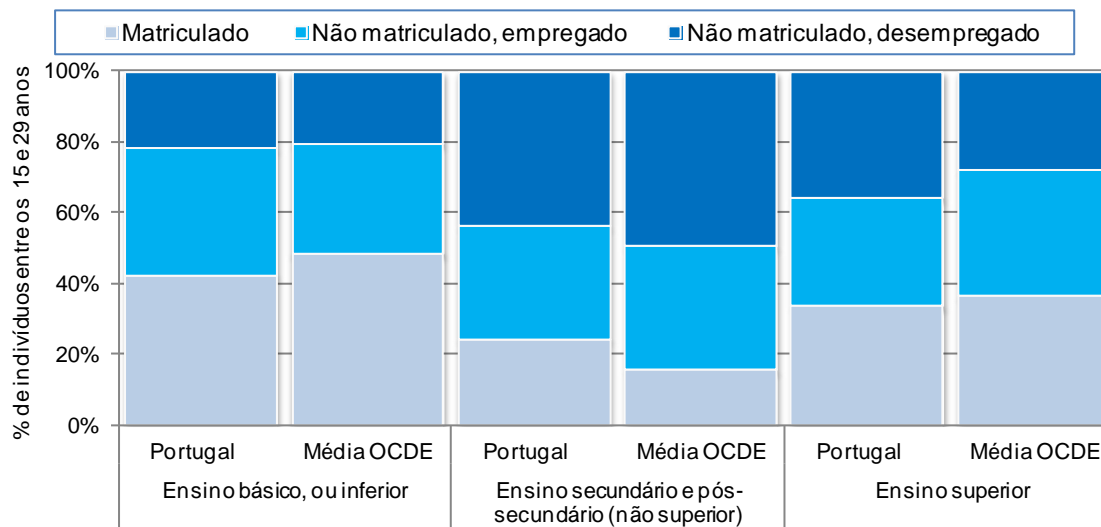
Portugal criou o [Sistema Nacional de Qualificações](#) (SNQ, 2007) e o [Quadro Nacional de Qualificações](#) (QNQ, 2007), alinhado com o Quadro Europeu de Qualificações. O SNQ visa a equivalência de habilitações



dentro do setor da educação formal e da educação não formal e programas internacionais. Tem também o objetivo de melhor informar os alunos do nível das qualificações no mercado de trabalho e valorizar as qualificações de dupla certificação.

Portugal desenvolveu o *Plano Nacional do Programa Garantia Jovem* (2013) para ajudar os jovens com menos de 25 anos a encontrar emprego ou regressar ao sistema de ensino nos quatro meses posteriores à situação de desemprego ou de abandono do sistema de educação formal.

Figura 4. Percentagem de indivíduos entre os 15 e 29 anos, matriculados ou não, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo e condição perante o trabalho, 2012



Fonte: OECD (2014), *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>.

Destaque 2. A estratégia integrada para a educação e formação profissional

A estratégia integrada para a educação e formação profissional (2012-14) é considerada como uma política fundamental para combater o desemprego dos jovens e prevenir o insucesso e abandono escolares. Foi concebida para reforçar o sistema de formação dual, para a participação do tecido empresarial na educação e para adequar os currículos às necessidades do mercado de trabalho. Entre os seus principais elementos estão os seguintes:

- O *syllabus do ensino secundário para a educação e qualificação profissional (2013)* foi reformulado para oferecer mais horas de formação em contexto de trabalho. Portugal está a introduzir gradualmente, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, percursos alternativos de educação e qualificação profissional para alunos em risco de abandono. Um novo quadro legal está a ser desenvolvido para harmonizar os programas de educação e qualificação profissional disponíveis nas escolas e centros de formação. Foram introduzidas mudanças na gestão das escolas públicas que ministram cursos de dupla certificação, de acordo com a respetiva oferta e população.
- Iniciativas específicas de reforço de programas de educação e formação de dupla certificação (2012), que assentam em projetos piloto de oferta de *cursos vocacionais (duais)* a partir do 2.º ciclo do ensino básico, dirigidos a estudantes a partir dos 13 anos de idade. O programa exige que as escolas estabeleçam um protocolo com as empresas locais, criando as condições necessárias para o desenvolvimento das competências dos candidatos ao programa, evitando uma oferta excessiva de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Este programa foi alargado em 2013 para o ensino secundário, com o objetivo de permitir as transições entre o ensino de caráter geral, os cursos de dupla certificação e o ensino superior. Em 2013, o programa contava com 11 000 alunos matriculados, um



aumento bastante significativo relativamente aos 285 alunos registados em 2012.

- Os [Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional \(CQEP, 2013\)](#) têm como objetivo fornecer orientações e aconselhamento sobre as escolas, ofertas de educação e qualificação profissional e oportunidades de dupla certificação. Estes centros ajudam os jovens e adultos a optar por uma oferta de educação e formação; a desenvolver processos de reconhecimento, validação e certificação de competências; colaboram na definição de critérios para a criação de uma rede de oferta de educação e formação; monitorizam o percurso formativo dos alunos e recolhem informações sobre os resultados da aprendizagem e sobre o mercado de trabalho.
- As [Escolas de Referência do Ensino Profissional \(EREP, 2012\)](#) focam-se em setores da economia considerados prioritários e recebem selos de qualidade da parte do governo.
- No ensino superior (a partir de 2014/15), os cursos de Ensino Superior Especializado de dois anos – designados por Cursos Técnicos Superiores Profissionais, e que correspondem ao nível 5 do Quadro Europeu de Qualificações – constituem uma oferta de educação e formação em áreas de competências inexistentes. Estes cursos vão permitir a comunicação entre escolas do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário e Instituições de Ensino Superior Politécnico (*Instituições de Ensino Superior Politécnico*) com empresas locais ou regionais.

MELHORIA DA ESCOLA: PROMOÇÃO DA LIDERANÇA E DA FORMAÇÃO

O desenvolvimento de **ambientes de aprendizagem** positivos para os dirigentes escolares e professores terem sucesso é essencial para melhorar os resultados nas escolas portuguesas. No PISA 2012, os alunos relatam ter melhores relações com seus professores, do que a média da OCDE e têm uma visão das suas salas de aula como propícias para a aprendizagem dentro da média da OCDE (Figura 5). Os professores relatam um clima disciplinar na sala de aula menos positivo, constituindo a segunda pontuação mais baixa entre os países TALIS.

Os diretores das escolas em Portugal participam em atividades de instrução num nível semelhante ao da média da OCDE, de acordo com o índice de liderança pedagógica do PISA 2012. A profissionalização da liderança escolar é relativamente recente em Portugal, dado que as escolas eram dirigidas colegialmente pelos docentes antes de 2008. As escolas em Portugal ganharam novas áreas de responsabilidade nos últimos anos (ver Destaque 3), embora os dirigentes escolares relatem alguns dos mais baixos níveis de autonomia da escola de entre os países da OCDE (PISA 2012) no âmbito de matérias relativas ao currículo e à avaliação.

Os Docentes em Portugal devem concluir um programa de formação de professores com a duração de cinco anos, que inclui um estágio pedagógico, e realizar um exame nacional. A carga horária da componente letiva é superior em média à da maioria dos países da OCDE (756 horas ao nível do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, em comparação com a média da OCDE de 782 horas; e 616 horas ao nível do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, em comparação com as médias da OCDE de 694 no 3.º ciclo do ensino básico e 655 no ensino secundário) A idade média dos professores em Portugal é de 44,7 anos de idade, um pouco acima da média do TALIS de 42,9 anos de idade. A proporção de professores em Portugal que tem 50 anos ou mais é semelhante ou menor do que a média da OCDE: 31% no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico (em comparação com a média da OCDE de 31%); 28% no 3.º ciclo do ensino básico (média da OCDE de 34%); e 25% no ensino secundário (média da OCDE de 38%). A carga horária semanal da componente letiva em Portugal diminui progressivamente para os docentes do ensino básico (segundo ciclo), 3.º ciclo do ensino básico e docentes de alunos com necessidades educativas especiais, a partir dos 50 anos de idade até chegar a um máximo de 8 horas de aula aos 60 anos de idade. No período entre 2000 e 2011, os salários dos docentes aumentaram 26% (estando entre os maiores aumentos na OCDE), tendo atingido a média da OCDE, e em 2012 são superiores aos de um trabalhador médio com uma qualificação de nível superior. A grande maioria dos docentes (84,8%) participou em atividades de desenvolvimento profissional nos últimos 12 ou 18 meses, à semelhança da média do TALIS (87,7%). A área onde a maioria dos docentes relataram maior necessidade de desenvolvimento profissional foi a do ensino aos alunos com necessidades especiais de educação (26,5%, ligeiramente acima da média do TALIS de 22,3%). Cerca de 16,5% dos docentes afirmaram ter participado em atividades de desenvolvimento profissional relacionadas com esta área, bem abaixo da média TALIS de 31,7%. Em comparação com a média do TALIS, uma percentagem mais reduzida de docentes em Portugal considera que a profissão docente é valorizada na sociedade, e que optariam pela mesma profissão se tivessem uma segunda oportunidade de decidir sobre a escolha duma carreira.



O desafio: Reforçar a liderança da escola e a profissão docente, através do apoio e formação relevantes para as suas necessidades.

Políticas e práticas recentes

A partir de 2006, [Portugal reorganizou a sua rede pública de ensino](#) em agrupamentos de escolas (escolas de um ou mais níveis de ensino agrupadas sob uma liderança centralizada), que em 2012 representavam um quarto de todas as escolas que ministram a educação pré-escolar, os ensinos básico e secundário. Os agrupamentos de escolas destinam-se a facilitar a transição entre os diferentes níveis de ensino, bem como a superar o isolamento geográfico e a exclusão social. O governo também encerrou escolas isoladas, com instalações precárias e taxas de sucesso abaixo da média. Os alunos dessas escolas foram transferidos para escolas maiores, muitas delas recém-construídas. Esta política também teve como objetivo promover uma maior colaboração entre os docentes, melhorar a organização do trabalho e oferecer oportunidades de aprendizagem mais amplas para os alunos.

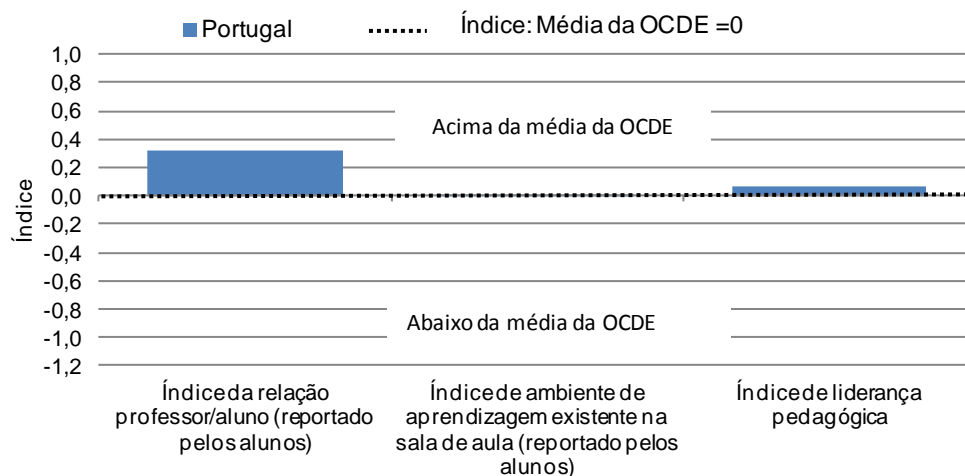
O [Plano Tecnológico da Educação](#) (PTE, 2007-10), visou modernizar a infraestrutura tecnológica nas escolas e melhorar a formação e utilização das TIC pelos alunos e docentes. Uma [avaliação](#) (2010) mostrou que, embora os objetivos gerais tenham sido alcançados, os objetivos referentes à formação dos docentes e à distribuição de conteúdos educativos em formato digital não foram totalmente alcançados.

Portugal procedeu à revisão do currículo dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (2012/13). O novo currículo visa estabelecer normas de competências básicas a serem alcançadas por todos os alunos nas disciplinas de português, matemática, ciências e línguas estrangeiras, e permitir às escolas uma maior flexibilidade sobre a gestão curricular.

A [reforma da direção das escolas](#) modificou os processos de seleção e as responsabilidades dos diretores, de *primus inter pares* (professores eleitos para o cargo pelos seus pares, funcionando sobretudo como administradores) para dirigentes escolares selecionados profissionalmente e responsáveis pela prestação de contas, com autoridades e responsabilidades claramente identificadas. A [formação obrigatória especializada para dirigentes escolares](#) também foi reforçada (2012).

Várias iniciativas visam fortalecer a profissão docente, incluindo (1) [condições de admissão mais rigorosas em programas de formação de professores](#) (2) [reforço do currículo científico em programas de formação de professores](#) (2014); (3) a introdução de um exame de avaliação de professores com qualificação profissional e / ou contrato a termo para os professores com menos de cinco anos de prática ([Prova de avaliação de conhecimentos e capacidades](#)) e (4) criação de um quadro de formação ao longo da vida para os docentes (2014), que liga a formação profissional contínua à progressão na carreira e tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino.

Figura 5. Ambientes de ensino-aprendizagem, nas escolas, PISA 2012



Fonte: OECD (2013), *PISA 2012 Results: What Makes a School Successful? Resources, Policies and Practices (Volume IV)*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201156-en>.



AVALIAÇÃO PARA MELHORAR OS RESULTADOS DOS ALUNOS: A CONSTRUÇÃO DE UM QUADRO INTEGRADO

A definição de estratégias de avaliação (interna e externa) é importante tanto para melhorar os resultados dos alunos como para desenvolver um sistema de ensino melhor e mais justo. Em Portugal, a avaliação dos alunos, a avaliação das escolas, a avaliação dos professores e a avaliação do sistema realizam-se a nível nacional. No início de 2011, um [estudo da OCDE](#) constatou que estes sistemas ainda não satisfaziam um enquadramento desejável. A Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) monitoriza as avaliações do sistema, das escolas e dos professores.

As avaliações do sistema usam avaliações nacionais dos resultados das aprendizagens, bem como avaliações internacionais dos alunos para monitorizar o desempenho do sistema de ensino. Os exames nacionais nos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade fornecem informações sobre os resultados da aprendizagem dos alunos. Um Quadro de Indicadores da Educação disponibiliza dados para analisar o sistema de ensino, acompanhar as tendências e fornecer informações.

A avaliação da escola inclui a autoavaliação e a avaliação externa realizada pela *Inspeção-Geral da Educação e Ciência*. A avaliação externa está prevista ocorrer a cada quatro anos, e um primeiro ciclo já foi concluído (2006-11). Enquanto se espera que as escolas vão realizando as autoavaliações, o processo ainda está em fase inicial e não há uma abordagem geral estabelecida. As escolas têm uma capacidade variável de implementar e realizar as respetivas autoavaliações e têm poucas informações sobre como estas podem contribuir de uma forma geral para o desenvolvimento e melhoria dos resultados da escola.

A avaliação de docentes é recente em Portugal. O atual sistema nacional de avaliação de professores baseia-se principalmente na avaliação por pares (2007). Contempla práticas de docência, critérios e instrumentos de avaliação, e influencia a progressão da carreira. O sistema concentra-se mais na prestação de contas (progressão na carreira) do que na melhoria da prática docente e oferece poucas oportunidades para feedback sobre pontos fortes e pontos fracos na prática de ensino. Embora [na maioria dos países](#) a observação em sala de aula constitua um procedimento usual na observação do desempenho dos docentes, em Portugal, a observação em sala de aula, só é obrigatória em casos específicos, tais como para a obtenção de uma classificação de *excelente* no ano de estágio ou se o professor recebeu uma classificação de *insuficiente* na avaliação anterior. No Inquérito Internacional de Ensino e Aprendizagem (TALIS), os docentes do 3.º ciclo do ensino básico em Portugal reportam, comparativamente, menos benefícios da avaliação sobre a sua prática de ensino: 58,8% sobre a confiança no trabalho como professor (em comparação com a média TALIS de 70,6%), 48,9% sobre as práticas de ensino (em comparação com 62,0%), e 53,1% na avaliação dos alunos para melhorar as aprendizagens (em comparação com 59,4%). Portugal poderia aproveitar de modo mais consistente a avaliação de professores para melhorar os resultados escolares e estabelecer uma relação mais clara entre a avaliação de professores e o respetivo desenvolvimento profissional. Os diretores das escolas também poderiam desempenhar um papel mais relevante nas avaliações.

A avaliação dos alunos inclui avaliações sumativa e formativa, como parte dos testes nas fases intermédias e no final de ciclos e também nos exames nacionais. As escolas organizam a avaliação interna dos alunos em todas as disciplinas e o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE I.P., 2013) é a entidade responsável pela avaliação externa dos alunos nas disciplinas de matemática e português. No ensino secundário a avaliação externa é igualmente da responsabilidade do IAVE e abrange mais disciplinas tendo em vista o acesso ao ensino superior. Embora a avaliação seja vista como uma parte importante da função dos professores, a avaliação formativa nem sempre é realizada. A avaliação está centrada nos alunos, pretendendo que tomem consciência das aprendizagens realizadas e permitindo o acompanhamento do próprio progresso.

O desafio: desenvolver a avaliação no âmbito de um enquadramento coerente das aprendizagens.

Políticas e práticas recentes

O [exame nacional](#) foi alargado (2011/12) ao 4.º e 6.º anos de escolaridade. Estes exames nacionais substituíram o Teste Nacional de Monitorização de Progresso Educativo (2001) e agora são utilizados para avaliar e monitorizar o progresso em termos de aprendizagem.

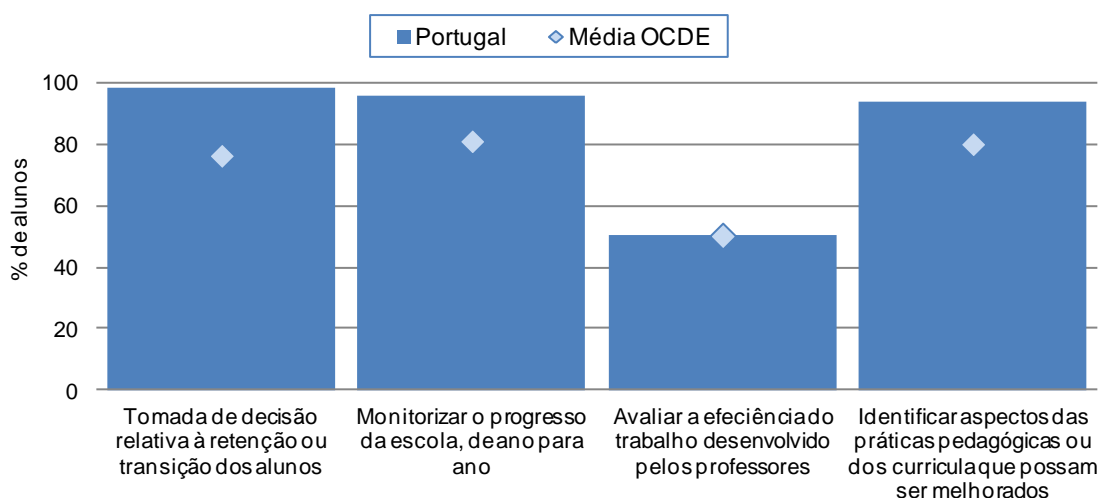
O [Instituto de Avaliação Educativa](#) (IAVE IP, 2013), um instituto autónomo independente especializado em avaliações externas, substituiu o *Gabinete de Avaliação Educativa* (GAVE), que reportava diretamente ao ministro. O IAVE pretende agora generalizar o uso da avaliação externa no ensino básico e secundário e avaliar o impacto dos agrupamentos de escolas nos resultados da aprendizagem e nas comunidades em que estão inseridas.



Um [novo modelo](#) do sistema nacional de avaliação de desempenho dos professores e dos [dirigentes escolares](#) (2012/13) baseia-se na avaliação externa e interna e tem como alvo três dimensões: científica e pedagógica; participação na vida da escola e relação com a comunidade; e a formação contínua e desenvolvimento profissional. Em 2014, o Ministério da Educação e Ciência implementou uma medida no sentido da realização de um exame para todos os novos docentes a lecionar no ensino obrigatório.

Foram criadas [Diretrizes de avaliação e monitorização para a educação pré-escolar](#) (2011), e uma avaliação externa da educação pré-escolar realizada em 2013 originou uma revisão curricular.

Figura 6. Percentagem de alunos em escolas onde o Diretor reportou existir avaliação de alunos no 10.º ano (ano modal nacional para alunos de 15 anos), PISA 2012



Fonte: OECD (2013), OECD (2013), *PISA 2012 Results: What Makes Schools Successful (Volume IV): Resources, Policies and Practices*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201156-en>.



GOVERNANÇA: UM SISTEMA CENTRALIZADO COM O ALARGAMENTO DA TOMADA DE DECISÃO A NÍVEL LOCAL

A governança do sistema de ensino em Portugal está centralizada. O [Ministério da Educação e Ciência](#) é responsável por definir o currículo, os exames nacionais, o recrutamento e colocação de professores, e o orçamento na educação pré-escolar, nos ensinos básico e secundário, e no ensino superior. Outros órgãos que definem as políticas de educação incluem:

- Serviços do Ministério, como: a Secretaria-Geral (SG), seis Direcções-Gerais (para a Administração Escolar, Educação, Planeamento e Gestão Financeira, Estatísticas da Educação e Ciência, Ensino Superior e Estabelecimentos Escolares), do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), o Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua (CCPFC) e da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC)
- Órgãos consultivos em que participam entidades que desenvolvem a sua atividade no campo da educação, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), onde os organismos participantes fornecem ao Governo aconselhamento sobre questões nacionais de educação, o Conselho das Escolas, Associações de Pais, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação Nacional de Professores (incluindo corpos disciplinares)
- O Conselho Coordenador do Ensino Superior (CRUP), o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), e a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Portugal está a alargar gradualmente a tomada de decisão a níveis local e regional em simultâneo com a melhoria da eficiência dos serviços públicos (ver Destaque 3). Desde 2008, os municípios têm tido mais responsabilidades, principalmente desde a educação pré-escolar até ao 3.º ciclo do ensino básico. Incluem-se nestas responsabilidades a oferta de atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo, a provisão da Ação Social Escolar (apoio alimentar e transportes escolares), a gestão das instalações escolares e a contratação e demissão de pessoal não docente (Figura 7). Ao nível do ensino secundário, as autoridades locais ou regionais não possuem atualmente poder de decisão.

As escolas portuguesas adquiriram mais capacidades de tomada de decisões nos últimos anos (ver Destaque 3), chegando a 22% no 3.º ciclo do ensino básico em 2011. Este resultado continua a ser modesto em comparação com as capacidades na tomada de decisões das escolas em outros países da OCDE (41%).

As instituições de ensino superior, públicas e privadas, têm autonomia na gestão do financiamento recebido do governo. Portugal tem 55 universidades e 88 escolas politécnicas, incluindo instituições públicas e privadas (2012/13). A autonomia e a governança das universidades e politécnicos públicos são definidos por lei, que regula a autonomia e define as regras de intervenção estatal. A apresentação de legislação abrangente sobre o ensino superior que defina claramente a autonomia das instituições pode ajudar a fomentar a autonomia a nível institucional.

O Desafio: Reforço das capacidades a nível local e da escola para potenciar uma educação de qualidade através de uma visão nacional.

Políticas e práticas recentes

O [portal web de educação](#) fornece informações sobre estatísticas da educação, incluindo os dados sobre a participação e conclusão.

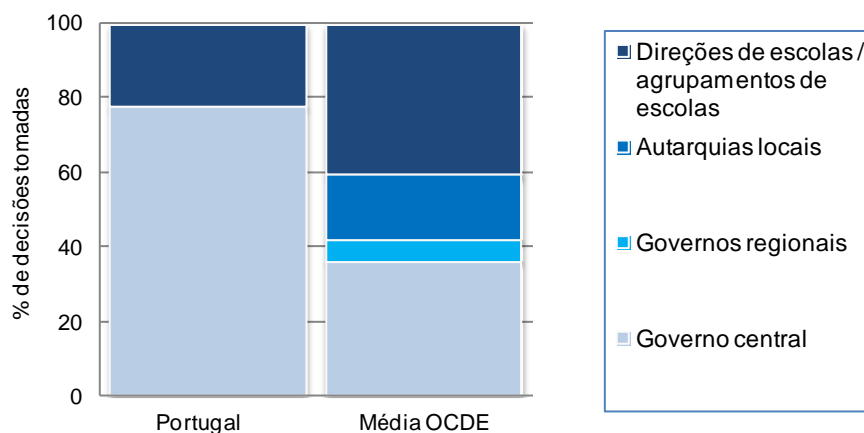
Como parte do esforço de racionalização dos serviços públicos ([Plano de Redução e Melhoria da Administração Central](#), PREMAC, 2011), as Direcções Regionais de Educação responsáveis pela execução da política de coordenação nas respetivas regiões foram desativadas (2013).

A nível do ensino superior, um novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior ([Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior](#), RJIES, 2007) tem como objetivo dotar algumas instituições de ensino superior de um estatuto autónomo e aumentar a autonomia de todas as instituições de ensino superior em relação à tomada de decisões sobre currículos, investigação e gestão dos seus recursos financeiros.

Nos últimos anos, as escolas ganharam mais autonomia sobre o currículo e a sua gestão interna (Ver Destaque 3).



Figura 7. Percentagem de decisões relativas a escolas públicas que ministram o 3.º ciclo do ensino básico, por nível de decisão, 2011



Fonte: OECD (2012), *Education at a Glance 2012: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2012-en>.

Destaque 3. Reorganização do sistema de ensino e alargamento da gestão a nível local e das escolas

Portugal reorganizou o seu sistema educativo nos últimos anos de modo a reduzir o peso da administração central e aumentar a participação das autoridades locais e da escola no processo de tomada de decisão. No final de 2011 e em 2012, o Ministério da Educação e Ciência tomou medidas para racionalizar serviços como parte do [Plano de Redução e Melhoria da Administração Central](#) (PREMAC). A [Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares](#) (DGEstE) assumiu as responsabilidades das ex-Direcções Regionais de Educação (desativadas em 2013), tendo menos poder de intervenção sobre a rede escolar. Outros serviços foram fundidos para criar um sistema de governança mais coeso. Por exemplo, a Direcção-Geral da Educação também assumiu as responsabilidades da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

A partir de 2005, Portugal reorganizou a rede escolar, encerrando escolas consideradas de pequena dimensão (menos de 21 alunos), ou com desempenho abaixo da média, e implementou a política de agrupamentos de escolas (ver Melhoria da Escola). Os municípios participaram desse esforço através do [Acordo Relativo à Reorganização da Rede Escolar](#) (2010) entre o governo central e a [Associação Nacional dos Municípios Portugueses](#). Nos termos deste acordo, os municípios identificaram as escolas que deviam ser encerradas e coordenaram as medidas de reorganização escolar com o governo central.

Ao nível da escola, a [reforma curricular](#) e o [enquadramento jurídico](#) (2012) dá às escolas mais autonomia sobre a gestão do currículo, tempo de leccionação e flexibilidade no planeamento da formação de professores. Como observado num [relatório da OCDE sobre a avaliação de professores](#), Portugal lançou uma grande reforma na liderança das escolas em 2008, que estabeleceu três conselhos nas escolas: o Conselho Geral (com representantes de funcionários da escola, professores, pais e autoridades locais), que é responsável pelo planeamento e acompanhamento operacional e estratégico e pela seleção do líder da escola; Conselho Pedagógico, que supervisiona e coordena as atividades pedagógicas; e o Conselho de Administração, que é responsável pelas questões administrativas e financeiras.

As escolas dos ensinos básico e secundário podem assinar um [acordo de autonomia](#) com o Ministério da Educação e Ciência (2008). As condições para a concessão de um contrato de autonomia incluem uma autoavaliação da escola e uma avaliação externa positiva. Estes contratos permitem uma maior autonomia em áreas como a organização pedagógica, a organização curricular, os recursos humanos, o apoio social escolar e a gestão financeira. O número de escolas com contrato de autonomia cresceu de 22 escolas em 2010, para 212 escolas em 2013 (26% dos agrupamentos de escolas).



FINANCIAMENTO: MAIORITARIAMENTE A PARTIR DE FONTES PÚBLICAS

O investimento português em instituições de ensino para todos os níveis de ensino é de 5,5% do PIB, abaixo da média da OCDE de 6,1% (Figura 8). Entre 2000 e 2011, houve um aumento de 0,34 pontos percentuais (abaixo do aumento médio da OCDE, de 0,7 pontos percentuais), embora tenham sido impostos [cortes no orçamento](#). Quase todos os gastos com instituições de ensino provêm de fontes públicas (92,5% em 2011 em comparação com a média da OCDE de 83,9%), e a participação do gasto privado em instituições de ensino (7,5%) é inferior a metade da média da OCDE (16,1%). O financiamento privado é maior no ensino superior (cerca de 31,4% de todas as despesas, um pouco acima da média da OCDE de 30,8%). Como em muitos países da OCDE, a atual crise financeira teve um impacto sobre o financiamento disponível e Portugal está a tentar otimizar o uso dos recursos financeiros para a educação e formação.

O gasto anual por aluno desde o ensino básico ao ensino superior (incluindo atividades de I&D) é de USD 7 741 em 2011, abaixo da média da OCDE de USD 9 487. De 2005 a 2011, a despesa por aluno aumentou 5% nos ensinos básico, secundário e pós-secundário não superior (em comparação com o aumento médio da OCDE de 17%), enquanto as matrículas diminuíram 3% (igual à diminuição média da OCDE). No ensino superior, as despesas por aluno diminuíram 3% em 2011 (em comparação com o aumento médio da OCDE de 10%), enquanto o número de inscritos aumentou 10% (em comparação com o aumento médio da OCDE de 15%).

O Estado é a principal fonte de financiamento para a educação em Portugal. O Ministério da Educação e Ciência também é responsável pelo financiamento público da educação. As escolas públicas recebem financiamento diretamente do orçamento de Estado, e as escolas privadas que tenham contrato com o Ministério, são, de acordo com o estabelecido, parcialmente financiadas. Como parte da abordagem descentralizada, as autoridades locais (municípios) podem financiar os custos para a gestão de estabelecimentos de ensino, transporte e atividades extracurriculares. O material escolar é pago pelas famílias e são cobradas propinas no ensino não obrigatório.

Tradicionalmente, as instituições de ensino superior em Portugal têm sido principalmente financiadas pelo Estado, enquanto as propinas e fundos privados têm aumentado nos últimos anos. As instituições privadas geralmente não recebem financiamento direto do Estado. Os estudantes de instituições privadas podem receber apoio financeiro, incluindo bolsas de estudo e subsídios para despesas de alojamento, alimentação, livros, etc.. As bolsas e outros subsídios atribuídos às famílias ascendem a 15,4% das despesas públicas para o ensino superior, acima da média da OCDE de 11,6%.

Após a crise financeira de 2008 e a diminuição do orçamento destinado à educação, foram tomadas uma série de medidas para racionalizar os gastos e otimizar o uso dos recursos em todos os níveis do sistema de ensino (ver abaixo).

O desafio: aumentar a eficiência e eficácia do sistema de financiamento para potenciar uma educação de qualidade.

Políticas e práticas recentes

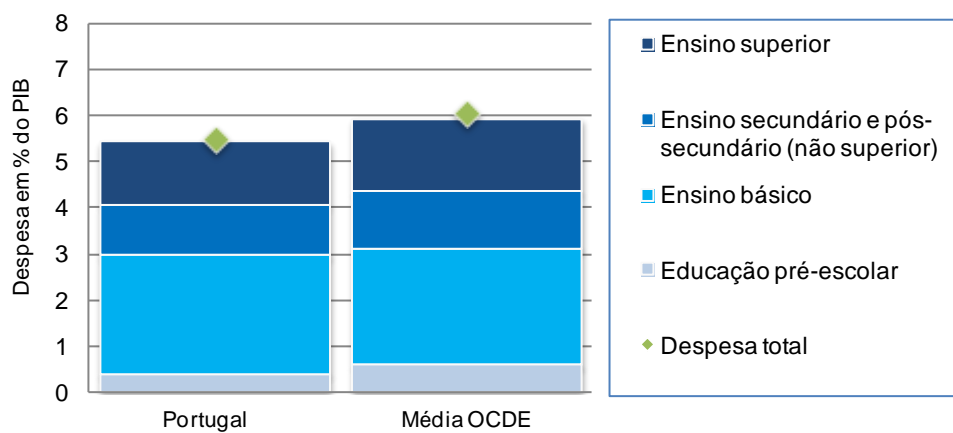
De acordo com fontes do ministério, os gastos com educação em Portugal foram revistos, a fim de reduzir os custos operacionais, aumentando o número médio de alunos por turma, a redução da carga horária no âmbito da reforma curricular e no desporto, integrando mais escolas em agrupamentos e fundindo agrupamentos de escolas já existentes; otimização de recursos do Programa de Matemática (*Programas de Matemática II*), do Programa Nacional de Leitura e da Rede de Bibliotecas Escolares; e prossecução da redução do número de professores contratados com contratos a termo (não integrados na rede pública de ensino) e não-substituição de professores aposentados.

Ao nível do ensino superior, o custo das [medidas](#) de revisão incluem a redução dos custos operacionais e a revisão dos [critérios de fixação do número de vagas em instituições de ensino superior públicas](#), tentando ajustar a oferta formativa às necessidades do país. Duas universidades públicas na Região de Lisboa, a Universidade de Lisboa (*Universidade de Lisboa*) e a Universidade Técnica de Lisboa (*Universidade Técnica de Lisboa*), foram fundidas numa única instituição. O ministério oferece bolsas de estudo no ingresso dos alunos, com base nas necessidades financeiras de modo a limitar o impacto dos cortes orçamentais atuais devido à crise financeira Portugal também apoia a investigação e desenvolvimento através do Programa de Bolsas de Estudos de Pós-Graduação ([Bolsas de Formação Avançada](#), 2013), gerido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Em 2008, as responsabilidades de financiamento dos municípios ao 3.º ciclo do ensino básico foram alargadas por [decreto](#) (os municípios são responsáveis pelo financiamento de estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolas do 1.º e 2.º ciclos desde 1999). Os municípios são responsáveis por financiar áreas como a gestão do pessoal não docente, a ação social escolar, construção, manutenção e fornecimento de equipamento de estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolas do ensino básico, assim como pelo transporte de alunos para escolas do 3.º ciclo do ensino básico. Estes financiamentos são concretizados através da assinatura de contratos de execução.



Figura 8. Despesa em estabelecimentos de educação e ensino, em percentagem do PIB, por nível de ensino, 2010

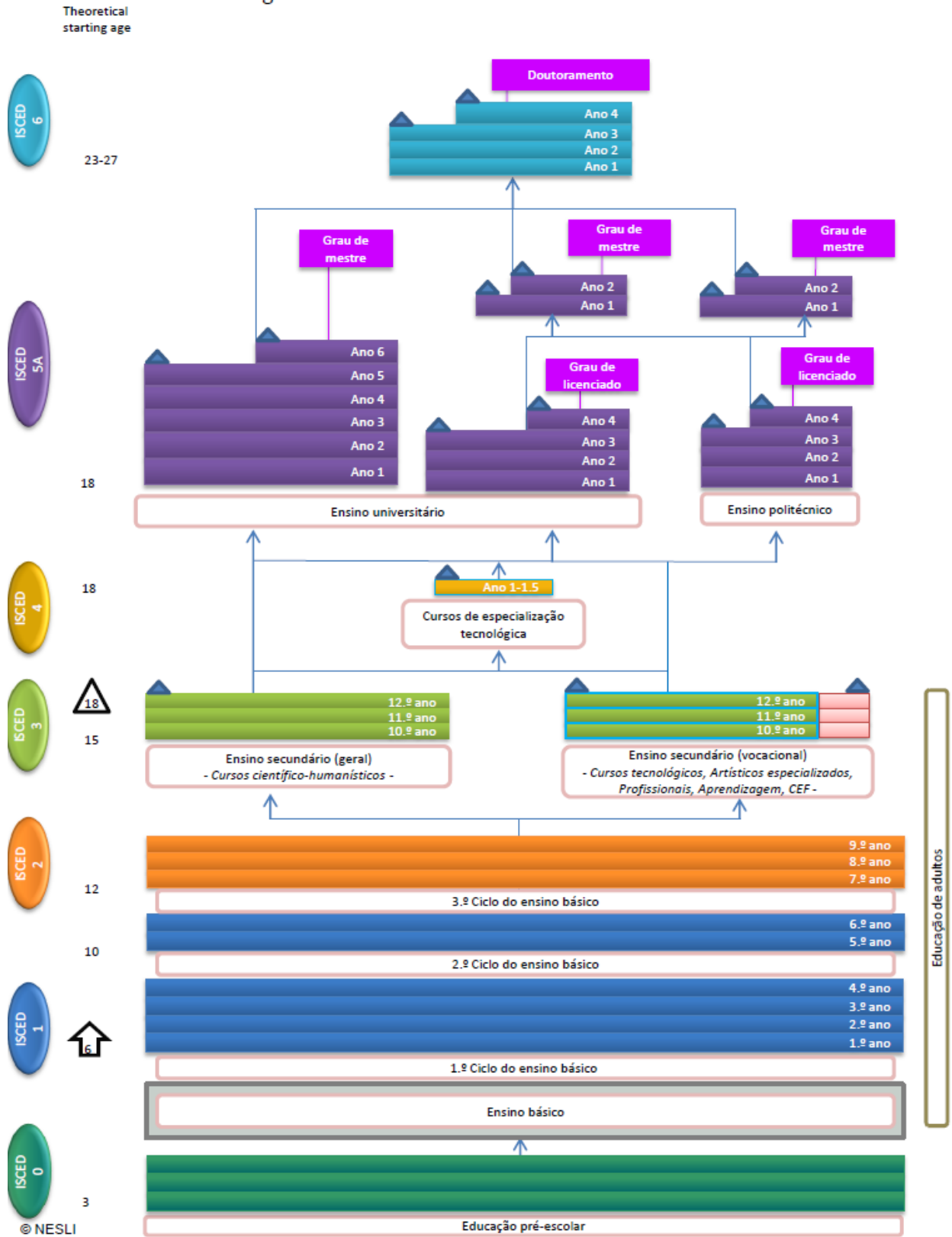


Fonte: OECD (2014), *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>.



ANEXO A: ESTRUTURA DO SISTEMA DE ENSINO DE PORTUGAL

Portugal





ANEXO B: ESTATÍSTICAS

| # | Lista de indicadores | Portugal | Valor médio ou total | Mín. OCDE | Máx. OCDE |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------|-----------|-----------|
| Enquadramento | | | | | |
| <i>Contexto político</i> | | | | | |
| 1 | Despesa pública em educação, em percentagem do PIB, 2011 (EAG 2014) | 5,3% | 5,6% | 3,8% | 8,7% |
| <i>Economia</i> | | | | | |
| 2 | Produto <i>per capita</i> , em US\$, resultado da conversão PPC (paridade do poder de compra do PIB), 2011 (EAG 2014) | 25 672 | n/a | 17 125 | 88 668 |
| 3 | Taxa de crescimento do Produto interno bruto 2013 (OCDE, Contas nacionais) | -1,4% | 1,3% | -3,9% | 2 |
| <i>Sociedade</i> | | | | | |
| 4 | Densidade populacional, hab/km ² , 2010 (Estatísticas OCDE) | 115 | 138 | 3 | 492 |
| 5 | Percentagem da população com menos de 15 anos, 2010 (OECD, Factbook 2014) | 15,2% | 18,6% | 13,1% | 29,6% |
| 6 | Percentagem da população residente, nascida no estrangeiro, 2011 ou último ano disponível (OECD, Factbook 2014) | 8,3% | n/a | 0,3% | 42,1% |
| Resultados do sistema de educação e formação | | | | | |
| 7 | Desempenho médio em literacia de matemática (PISA 2012) | 487 | 494 | 413 | 554 |
| 8 | Varição anual de desempenho em literacia de matemática, entre avaliações PISA (PISA 2012) ^{4,5} | 2,8 | -0,1 | -3,3 | 4,2 |
| 9 | Varição anual de desempenho em literacia de leitura, entre avaliações PISA (PISA 2012) ^{4,5} | 1,6 | 0,0 | -2,8 | 4,1 |
| 10 | Varição anual de desempenho em literacia de ciências, entre avaliações PISA (PISA 2012) ^{4,5} | 2,5 | 1,0 | -3,1 | 6,4 |
| 11 | Taxa real de pré-escolarização, nas idades de 3 e 4 anos, 2012 (EAG 2014) | 85% | 76% | 12% | 99% |
| 12 | Percentagem da população residente, com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos, cujo nível de escolaridade mais elevado completo é o 3.º ciclo do ensino básico (ou inferior), 2012 (EAG 2014) | 62% | 24% | 7% | 66% |
| 13 | Percentagem da população residente, com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos, cujo nível de escolaridade mais elevado completo é o ensino secundário, 2012 (EAG 2014) | 58% | 82% | 46% | 98% |
| 14 | Percentagem da população residente, com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos, cujo nível de escolaridade mais elevado completo é o ensino superior, 2012 (EAG 2014) | 28% | 39% | 21% | 66% |
| 15 | Percentagem da população residente, com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos, cujo nível de escolaridade mais elevado completo, assenta nos cursos vocacionais do ensino secundário ou pós-secundário, não superior, 2012 (EAG 2014) | m | 32,6% | 8,2% | 73% |
| Taxa de desemprego (%) da população ativa, com idade compreendida entre os 25 e 64 anos, por nível de escolaridade, 2012 (EAG 2014) | | | | | |
| 16 | Inferior ao ensino secundário | 16% | 13,6% | 2,6% | 41,5% |
| | Ensino secundário e ensino pós-secundário, não superior | 14,5% | 7,8% | 2,3% | 24,4% |
| | Ensino superior | 11% | 05% | 1,6% | 17% |
| Alunos: Melhoria dos resultados escolares | | | | | |
| <i>Medidas de política de educação 1: Equidade e qualidade</i> | | | | | |
| 17 | Primeira idade de escolha de percurso, no sistema de educação e formação (PISA 2012) | 15 | 14 | 10 | 16 |
| Níveis de desempenho extremos, a literacia de matemática (%), (PISA 2012) | | | | | |
| 18 | Alunos que atingiram níveis de proficiência inferiores a 2 | 24,9% | 23% | 9,1% | 54,7% |
| | Alunos que atingiram níveis de proficiência iguais ou superiores a 5 | 10,6% | 12,6% | 0,6% | 30,9% |
| Variância no desempenho em literacia de matemática, inter e intra-escolas, expressa numa percentagem da variação média no desempenho dos alunos nos países da OCDE (PISA 2012) | | | | | |
| 19 | Percentagem de variância inter-escolas | 31% | 37% | 6% | 65% |
| | Percentagem de variância intra-escolas | 73% | 63% | 34% | 90% |
| 20 | Percentagem de alunos que reportam ter repetido pelo menos um ano, no ensino básico ou secundário (PISA 2012) | 34,3% | 12,4% | 00% | 36,1% |



| # | Lista de indicadores | Portugal | Valor médio ou total | Mín. OCDE | Máx. OCDE |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------|-----------|-----------|
| 21 | Percentagem da variância do desempenho em literacia de matemática nos testes PISA, explicada pelo ESCS (PISA 2012) ⁴ | 19,6% | 14,8% | 7,4% | 24,6% |
| 22 | Diferença no desempenho em literacia de matemática nos testes PISA, entre alunos nacionais e estrangeiros, após ajustamento do estatuto sócio-económico (PISA 2012) ⁴ | 39% | 21% | -29 | 66 |
| 23 | Diferença no desempenho em literacia de matemática, entre rapazes e raparigas (PISA 2012) ⁴ | 11 | 11 | -6 | 25 |
| <i>Medidas de política de educação 2: Preparar os alunos para o futuro</i> | | | | | |
| Nível médio ajustado de proeficiência em literacia em adultos, numa escala de 500 (Survey of Adult Skills, | | | | | |
| 24 | Entre os 16 e os 65 anos (ajustado) | NP | 270,7 | 249,4 | 293,6 |
| | Entre os 16 e os 24 anos (ajustado) | NP | 278,0 | 260,0 | 297,0 |
| Taxas de conclusão do ensino secundário, por orientação do programa educativo (%), 2012 (EAG 2014) | | | | | |
| 25 | Cursos gerais | 51% | 52% | 18% | 85% |
| | Cursos pré-vocacionais/vocacionais (dupla certificação) | 50% | 48% | 4% | 97% |
| 26 | Taxa média de crescimento anual das conclusões do ensino secundário entre 1995 e 2012 (EAG 2014) | m | m | 0% | 0% |
| Taxas de conclusão do primeiro grau do ensino superior, por orientação do programa, 2012 (EAG 2014) | | | | | |
| 27 | Ensino superior, tipo A (programas académicos) | 41% | 39% | 9% | 60% |
| | Ensino superior, tipo B (programas profissionais) | n/a | 11% | 0% | 30% |
| 28 | % da população residente, com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, não empregada e não inscrita em programas de educação ou formação, 2012 (EAG 2014) | 17% | 15,1% | 6,7% | 29,2% |
| Instituições: Melhoria das escolas | | | | | |
| <i>Medidas de política de educação 3: Melhoria do ambiente de ensino-aprendizagem, nas escolas</i> | | | | | |
| 29 | Índice médio da relação professor-aluno, com base na informação reportada pelos alunos (PISA 2012) | 0,32 | 0,00 | -0,42 | 0,47 |
| 30 | Índice médio do clima disciplinar, com base na informação reportada pelos alunos (PISA 2012) | 0,00 | 0,00 | -0,33 | 0,67 |
| Percentagem de professores com idade superior a 50 anos, por nível de ensino, 2012 (EAG 2014) | | | | | |
| 31 | 1.º e 2.º ciclos do ensino básico | 31% | 31% | 16% | 52% |
| | 3.º ciclo do ensino básico | 28% | 34% | 19% | 58% |
| | Ensino secundário | 25% | 38% | 25% | 65% |
| Horas da componente letiva, por ano, em escolas públicas, por nível de ensino, 2012 (EAG 2014) | | | | | |
| 32 | 1.º e 2.º ciclos do ensino básico | 756 | 782 | 569 | 1 131 |
| | 3.º ciclo do ensino básico | 616 | 694 | 415 | 1 103 |
| | Ensino secundário | 616 | 655 | 369 | 1 103 |
| Relação existente entre o salário dos professores a tempo inteiro, e o salário de outros trabalhadores a tempo inteiro, com formação superior, 2011 (EAG 2014) | | | | | |
| 33 | 1.º e 2.º ciclos do ensino básico | 1,23 | 0,85 | 0,43 | 1,36 |
| | 3.º ciclo do ensino básico | 1,23 | 0,88 | 0,43 | 1,36 |
| | Ensino secundário | 1,23 | 0,92 | 0,43 | 1,36 |
| 34 | Taxa de crescimento dos salários dos professores, entre 2005 e 2012, no 3.º ciclo do ensino básico, 2012 (EAG 2014) | -7% | 2% | -29% | 31% |
| 35 | Percentagem de professores do 3.º ciclo do ensino básico que referem um impacto positivo, moderado ou elevado, nos conhecimentos científicos da(s) disciplina(s) lecionada(s), como resultado do <i>feedback</i> recebido (TALIS 2013) | 37,7% | 53,5% | 26,7% | 86,2% |



| # | Lista de indicadores | Portugal | Valor médio ou total | Mín. OCDE | Máx. OCDE |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------|-----------|-----------|
| Medidas de política de educação 4: Processos de avaliação e aferição, para melhoria dos resultados escolares | | | | | |
| 36 | Percentagem de directores de escolas que ministram o 3.º ciclo do ensino básico, que declaram utilizar o desempenho dos alunos e os resultados das avaliações nacionais/internacionais, para desenvolver metas e programas educativos na escola | 92,1% | 88,8% | 58,5% | 99,5% |
| % de estudantes em cujas escolas os diretores reportam utilizar os resultados das avaliações/aferições para os seguintes propósitos (PISA 2012) | | | | | |
| 37 | Tomada de decisão relativa à retenção ou transição dos alunos | 98% | 77% | 1% | 98% |
| | Monitorizar o progresso da escola, de ano para ano | 96% | 81% | 48% | 100% |
| | Avaliar a eficiência do trabalho desenvolvido pelos professores | 50% | 50% | 14% | 88% |
| | Identificar aspectos das práticas pedagógicas ou dos <i>curricula</i> que possam ser melhorados | 93% | 80% | 49% | 99% |
| Frequência dos processos formais de avaliação dos professores do 3.º ciclo do ensino básico (%), por parte dos diretores (TALIS 2013) | | | | | |
| 38 | Uma vez em cada dois anos, ou inferior | 73,4% | 33,9% | 3,2% | 88,8% |
| | Uma vez por ano | 25% | 41,5% | 9,5% | 82,1% |
| | Duas ou mais vezes por ano | 1,6% | 24,7% | 01% | 49,6% |
| Sistemas: Organização do sistema de educação e formação | | | | | |
| Medidas de política de educação 5: Governança | | | | | |
| Percentagem de decisões relativas a escolas públicas que ministram o 3.º ciclo do ensino básico, por nível de decisão, 2011 (EAG 2012) | | | | | |
| 39 | Governo central | 78% | 36% | 0% | 87% |
| | Governos regionais | n/a | 6% | 0% | 36% |
| | Autarquias locais | m | 17% | 4% | 100% |
| | Direções de escolas / agrupamentos de escolas | 22% | 41% | 5% | 86% |
| Medidas de política de educação 6: Financiamento | | | | | |
| Despesa anual por aluno efectuada em estabelecimentos de educação e ensino, em US\$, resultado da conversão por PPC (paridade de poder de compra do PIB), 2011 (EAG 2014) | | | | | |
| 40 | Educação pré-escolar | 5 674 | 7 428 | 2 412 | 25 074 |
| | 1.º e 2.º ciclos do ensino básico | 5 865 | 8 296 | 2 218 | 23 871 |
| | 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário | 8 676 | 9 280 | 2 736 | 16 182 |
| | Ensino superior | 9 640 | 13 958 | 7 868 | 26 021 |
| Proporção relativa das fontes de financiamento dos estabelecimentos de educação e ensino, 2011 (EAG 2014) | | | | | |
| 41 | Financiamento público | 92,5% | 83,9% | 59,9% | 97,6% |
| | Financiamento privado | 7,5% | 16,1% | 2,4% | 40,1% |
| | Índice de variação do financiamento público, em estabelecimentos de educação e ensino (preços constantes, 2005=100) | 100 | 118 | 87 | 186 |
| | Índice de variação do financiamento privado, em estabelecimentos de educação e ensino (preços constantes, 2005=100) | 101 | 119 | 76 | 170 |

Notas:

- Os valores médio, total, mínimo e máximo referem-se a valores observados nos países da OCDE; Exceptuam-se os valores associados ao Projeto TALIS e ao Inquérito "Survey of Adult Skills", onde se referem aos valores observados nos países participantes.
- "m": dados não disponíveis.
- "NP": país não participante no estudo.
- Quando estatisticamente significativos, os valores assumidos pelo indicador encontram-se escritos a negrito (somente PISA 2012).
- A variação anual refere-se à variação média anual dos *score points* registados no PISA 2012 relativamente à participação anterior do país ou economia no Projeto PISA. Ver www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-overview.pdf.
- "n/a": categoria não aplicável.



REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- Gabinete de Avaliação Educativa, GAVE, website www.gave.min-edu.pt/np3/39.html.
- Education GPS, <http://gpseducation.oecd.org/>
- European Commission (2013), *Education and Training Monitor 2013: Portugal*, http://ec.europa.eu/education/tools/docs/etm2013-country-reports_en.pdf.
- European Commission (2013), Eurydice: European Encyclopaedia on National Education Systems, “Portugal: Overview”, <https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Portugal:Overview>.
- European Commission (2013), Eurydice: European Encyclopaedia on National Education Systems, “Portugal: Education in the Europe 2020 Strategy”, https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Portugal:Education_in_the_Europe_2020_Strategy.
- European Commission (2013), Eurydice: European Encyclopaedia on National Education Systems, “Portugal: Ongoing Reforms and Policy Developments”, https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Portugal:Ongoing_Reforms_and_Policy_Developments.
- European Commission (2013), Eurydice: European Encyclopaedia on National Education Systems, “Portugal: Administration and Governance at Central and/or Regional Level”, https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Portugal:Administration_and_Governance_at_Central_and/or_Regional_Level.
- European Commission (2013), Eurydice: European Encyclopaedia on National Education Systems, “Portugal: Administration and Governance at Local and/or Institutional Level”, https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Portugal:Administration_and_Governance_at_Local_and/or_Institutional_Level.
- European Commission (2013), Eurydice: European Encyclopaedia on National Education Systems, “Portugal: Organisation of Vocational Upper Secondary Education”, https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/eurydice/index.php/Portugal:Organisation_of_Vocational_Upper_Secondary_Education.
- European Commission (2013), Eurostat: “Europe 2020 Indicators” http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe_2020_indicators/headline_indicators.
- Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, DGIDC (2008), *Educação Especial: Manual de Apoio à Prática*, Ministério da Educação e Ciência, www.dgidc.min-edu.pt/.
- Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, DGEEC, website www.dgeec.mec.pt/np4/245.html.
- Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, DGEEC, *Estatísticas da Educação*, <http://estatisticas.gepe.min-edu.pt/>.
- Direcção Geral do Ensino Superior, DGES, www.dges.mctes.pt/DGES/pt.
- Direcção Geral do Ensino Superior, DGES, Despachos com os critérios para a fixação do número de vagas para o ano letivo de 2013-2014, www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/InstrucaoProcessos/FixacaoVagas/.
- Inspeção Geral da Educação e Ciência, IGEC, www.ige.min-edu.pt/.
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, ACIDI (2013), *Estratégia Nacional Para A Integração Das Comunidades Ciganas 2013 – 2020*, www.acidi.gov.pt/_cfn/51d2a4fd86705/live/Estrat%C3%A9gia+Nacional+para+a+Integra%C3%A7%C3%A3o+das+Comunidades+Ciganas.
- Lima F. (ed.) (2012), *Os Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e o Desempenho no Mercado de Trabalho*, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, www.portugal.gov.pt/media/599104/2012_avaliao_rvcc.pdf.
- Ministério da Educação e Ciência (*Ministro da Educação e Ciência*, MEC), website <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia.aspx>.
- Ministério da Educação e Ciência, “Legislação sobre Educação”, <http://legislacao.min-edu.pt/np4/133>.



Ministério da Educação e Ciência, Linhas de orientação estratégica para o Ensino Superior:

www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/documentos-oficiais/20140510-mec-estrategia-enssup.aspx.

Ministério da Educação e Ciência (2012), *Programa Escolar de Reforço Alimentar*,

http://pera.portaldasescolas.pt/Documento_Orientador.pdf.

Ministério da Educação e Ciência (2007), *Improving School Leadership: Country Background Report for Portugal*, Ministry of Education and Science, Lisbon, <http://www.oecd.org/education/school/40710632.pdf>.

Ministério das Finanças (Direcção-Geral do Orçamento, DGO), Leis do Orçamento de Estado para os anos de 2012, 2013 e 2014:

www.dgo.pt/politicaorcamental/Paginas/OEpagina.aspx?Ano=2014&TipoOE=Alterar%20a7%20a3o%20ao%20Or%20a7amento%20do%20Estado&TipoDocumentos=Lei%20%20Mapas%20Lei%20%20Relat%20c3%b3rio.

OECD Directorate for Education and Skills, www.oecd.org/edu.

OECD (2014), *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris,

<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>.

OECD (2014), *PISA 2012 Results: What Students Know and Can Do (Volume I, Revised edition, February 2014): Student Performance in Mathematics, Reading, and Science*, OECD Publishing, Paris,

<http://dx.doi.org/10.1787/9789264208780-en>.

OECD (2014), *PISA 2012 Results: Creative Problem Solving (Volume V): Students' Skills in Tackling Real-Life Problems*, PISA, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264208070-en>.

OECD (2014), *TALIS 2013 Results: An International Perspective on Teaching and Learning*, TALIS, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264196261-en>.

OECD, (2013), *OECD Skills Outlook 2013: First Results from the Survey of Adult Skills*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264204256-en>.

OECD (2013), *PISA 2012 Results: Excellence through Equity: Giving Every Student the Chance to Succeed (Volume II)*, PISA, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201132-en>.

OECD (2013), *PISA 2012 Results: Ready to Learn: Students' Engagement, Drive and Self-Beliefs (Volume III)*, PISA, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201170-en>.

OECD (2013), *PISA 2012 Results: What Makes Schools Successful: Resources, Policies and Practices (Volume IV)*, PISA, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201156-en>.

OECD (2013), *Teachers for the 21st Century: Using Evaluation to Improve Teaching, International Summit on the Teaching Profession*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264193864-en>.

OECD (2013), *Synergies for Better Learning: An International Perspective on Evaluation and Assessment*, OECD Reviews of Evaluation and Assessment in Education, OECD Publishing, Paris,

<http://dx.doi.org/10.1787/9789264190658-en>.

OECD (2012), *Education at a Glance 2012: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris,

<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2012-en>.

OECD (2012), *OECD Economic Survey: Portugal 2012*, OECD Publishing, Paris,

http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-prt-2012-en.

OECD (2012), *Equity and Quality in Education: Supporting Disadvantaged Students and Schools*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264130852-en>.

OECD (2009), *Creating Effective Teaching and Learning Environments: First Results from TALIS*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264072992-en>.

OECD (2009), "Overview of Country Results in TALIS: Portugal", OECD Publishing, Paris,

www.oecd.org/edu/school/43072714.pdf.

OECD (2007), *Reviews of National Policies for Education: Tertiary Education in Portugal 2007*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264009769-en>.

OECD (2006), *Starting Strong II: Early Childhood Education and Care*, OECD Publishing, Paris,

<http://dx.doi.org/10.1787/9789264035461-en>.



Pearson Foundation (2013), *Strong Performers Successful Reformers in Education*, A video series profiling policies and practices of education systems that demonstrate high or improving performance in the PISA tests. "Portugal", www.pearsonfoundation.org/oece/portugal.html.

Plano Tecnológico da Educação, PTE, www.pte.gov.pt/pte/EN/.

Santiago, P. et al. (2012), *OECD Reviews of Evaluation and Assessment in Education: Portugal 2012*, OECD Reviews of Evaluation and Assessment in Education, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264117020-en>.

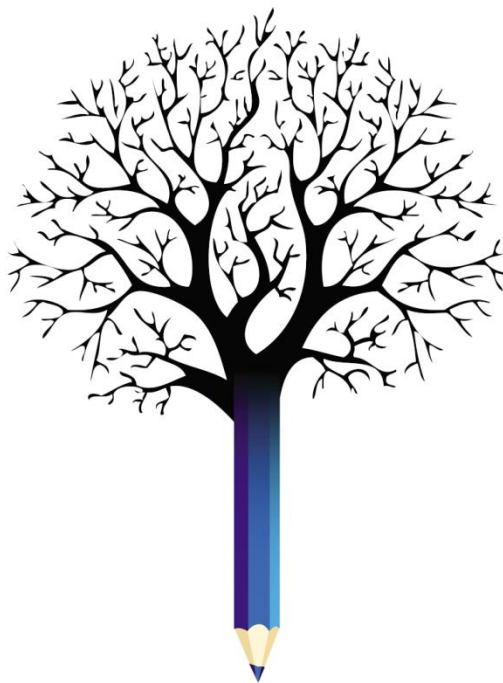
Santiago, P. et al. (2009), *Teacher Evaluation in Portugal: OECD Review*, OECD, Paris, <http://www.oecd.org/portugal/43327186.pdf>

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FTC, www.fct.pt/.

Taguma, M., I. Litjens and K. Makowiecki (2012), *Quality Matters in Early Childhood Education and Care: Portugal 2012*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264176720-en>.



Aviso: Este trabalho é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos aqui utilizados não refletem necessariamente a posição oficial da Organização ou dos governos dos seus países membros. Este documento e qualquer mapa aqui incluído não pressupõe prejuízo do estatuto de soberania ou sobre qualquer território, para a delimitação de fronteiras ou limites internacionais e para o nome de qualquer território, cidade ou área.



www.oecd.org/edu/policyoutlook.htm

